

ACESSIBILIDADE DOS IDOSOS NO ESPAÇO PÚBLICO DA CIDADE DE RIO CLARO: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. Paula Bacchi Buran – Inter-áreas - Humanas - Geografia – Departamento de Planejamento – Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Campus de Rio Claro.

O envelhecimento da população é um processo que vem crescendo em todo o mundo e de forma bastante acentuada no Brasil e em especial no município de Rio Claro, que possui grande porcentagem de população idosa, com um total de 19.078 pessoas com mais de 60 anos de idade, o que representa 11,34% do total da população do município.

Este fenômeno está se transformando em característica da população brasileira, configurando uma nova pirâmide etária, com o alargamento do topo, caracterizando o aumento da expectativa de vida. Camarano (1999) explica exatamente esse momento:

“O momento demográfico por que passa a população brasileira se caracteriza por baixas taxas de fecundidade, aumento da longevidade e urbanização acelerada(...). Este fenômeno é chamado de envelhecimento populacional, pois se dá em detrimento da diminuição do peso da população jovem no total da população brasileira. Enquanto o envelhecimento populacional significa mudanças na estrutura etária, a longevidade é um processo que se inicia no momento do nascimento e altera a vida do indivíduo, a estrutura familiar e, certamente, a sociedade”.(CAMARANO, 1999,p 01).

Tendo em vista este grande crescimento da população idosa no país, se tornam necessárias algumas mudanças estruturais na sociedade para atender as necessidades e garantir uma melhor qualidade de vida a esta população.

Uma das questões importantes refere-se à infra-estrutura urbana, porque grande parte da população idosa no Brasil circula no mesmo espaço que os demais, e para que a circulação não se comprometa e ocorra sem riscos para estes cidadãos, é preciso que as estruturas urbanas sejam modificadas para garantir a acessibilidade dos idosos a todos os espaços e serviços públicos.

Devido às mudanças na estrutura etária do país, com o aumento significativo de idosos, torna-se prioritário uma mudança no planejamento urbano, como por exemplo, a questão da acessibilidade aos meios de transportes e das vias e espaços públicos sendo necessária uma adequação dos locais freqüentados por idosos como: rampas de acesso, elevadores hidráulicos, sanitários, rebaixamento das guias, sinalização clara, pisos e calçadas niveladas, construídos com materiais antiderrapantes. Essas exigências são constitucionais, cujo objetivo é permitir um ganho de autonomia e de mobilidade, para que essas pessoas possam usufruir o espaço com maior segurança, confiança e comodidade.

Neste sentido, o presente trabalho teve como prioridade analisar a legislação a nível municipal e verificar quais leis que melhor auxiliem na estruturação das cidades e que tornem instrumento de ação para a sociedade. No âmbito do município de Rio Claro, foram analisadas as seguintes leis: o Plano Diretor, o Código de Posturas, o Código de Obras e a Política Municipal do idoso.

O Plano Diretor da cidade de Rio Claro, não apresenta um capítulo específico sobre acessibilidade, mas dispõe de alguns artigos que podem ser utilizados pelos órgãos competentes para fiscalização e imposição das leis.

A seguir, estão dispostos os referentes artigos, que de alguma forma tratam da questão da acessibilidade:

Art 2º - O Plano Diretor tem por objetivo realizar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, das propriedades e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do seu território, de forma a assegurar o bem estar de seus habitantes.

Art 3º - Para alcançar os objetivos colimados no artigo anterior o Município criará condições para:

IV – a observância de padrões urbanísticos de segurança e qualidade de vida;

X – acesso adequado aos logradouros e edifícios de uso público aos portadores de deficiência;

Art 10 - No aspecto social o Plano contempla normas sobre habitação, transporte, promoção social, segurança, saúde, educação, cultura, esporte, lazer e turismo.

(....)

Art 13 – A Política urbana do município de Rio Claro será implementada com observância das seguintes diretrizes gerais:

XII – implantação de um Código de Obras e instalações específicas para o município de Rio Claro, no prazo de 1 ano a partir da aprovação desta Lei.

(.....)

Art 30 – Deverão ser realizadas obras em médio prazo (de 4 a 10 anos) dando características físicas (dimensionamento, pavimentação, aclives, obras d’arte, etc) que viabilizem as condições de funcionamento (fluxo de tráfego, velocidade de projeto, estacionamento, acessibilidade, condições de tráfego, etc) dos diversos tipos de vias preconizadas nesta Lei.

(.....)

Artigo 210 – Ficam validados como critérios normativos até que o código de obras esteja aprovado:

I – todos edifícios deverão possuir, nas saídas de veículos em rampas (ascendentes e descendentes), um trecho de, no mínimo, 5 metros, em nível com o passeio público;

III – os novos edifícios públicos deverão possuir mecanismos (rampas, elevadores e outros) que garantam o acesso de pessoas deficientes em todas as dependências, e os edifícios existentes terão de dois anos, a partir da aprovação do presente Plano, para se adequarem à referida exigência;

IV – Caberá à secretária de Obras e Serviços em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento Urbano (C.D.U.) implementar diretrizes específicas para a implantação de um plano que garanta a livre movimentação e o atendimento de necessidades e direitos básicos dos deficientes físicos, nas vias e edifícios públicos ou privados de uso coletivo.

O Plano diretor de uma cidade é um instrumento importante na gestão e planejamento adequado de todos os aspectos que envolvem uma cidade. Para as propostas desta pesquisa quanto a acessibilidade, o Plano diretor dispõe de alguns artigos, dando maior relevância ao artigo 210, que prevê a criação do código de obras de Rio Claro, e aborda problemas relacionados a mobilidade das pessoas, propondo a construção de rampas, elevadores e desobstrução das vias de pedestres para que seja garantida a livre circulação destes.

O Código de Posturas trata das diretrizes básicas referente à higiene, ordem pública e funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais. No entanto, o município de Rio Claro não possui um Código de Posturas aprovado. Há apenas um projeto de Lei (Projeto de Lei nº 099/2003) apresentado à Câmara Municipal em 2003 e rejeitado em 2004. Esse projeto, no entanto, não apresenta em nenhum de seus artigos qualquer dispositivo relativo à questão da acessibilidade.

O Código de Obras é um instrumento de gestão referente às construções e obras, buscando obedecer aos procedimentos administrativos, aos projetos, ao licenciamento e a preservação das edificações, tanto os imóveis de funcionamento público, quanto os privados. Porém a cidade de Rio Claro não dispõe deste código, que seria de grande utilidade para esta pesquisa no que se refere ao padrão de edificação dos prédios públicos no contexto da aplicação e implantação de equipamentos que favoreçam a acessibilidade e a segurança. Para estes fins, a cidade de Rio Claro utiliza o Código Sanitário do Estado de São Paulo.

A Política Municipal do Idoso (**Lei nº. 3.498 de 16 de Dezembro de 2004**) foi instituída em Rio Claro e tem como objetivo geral assegurar aos idosos o exercício dos direitos individuais e sociais, promovendo ações que favoreçam sua autonomia, bem como sua integração efetiva na sociedade.

Nessa Lei Municipal, a questão da acessibilidade é tratada nos artigos 22 e 23, que estão diretamente ligados ao tema em questão. Tais artigos visam a melhor adequação da cidade, especificamente dos espaços e serviços públicos, visando garantir a mobilidade dos idosos, e direito a acessibilidade, diminuindo as dificuldades de locomoção deste segmento da população que representa um número expressivo na cidade de Rio Claro.

Art. 22. Os órgãos responsáveis pelas áreas de Urbanismo e Obras desenvolverão as seguintes ações:

a) adequação dos prédios públicos, equipamentos urbanos, praças e vias públicas, para que atendam às necessidades da população idosa, incluindo eliminação de barreiras arquitetônicas e implantação de rampas de acesso e corrimão nas escadas, rebaixamento de guias, etc.;

- b) inclusão de dispositivos legais que garantam que as medidas descritas no item anterior sejam implantadas nas empresas privadas que apresentem circulação de pessoas;
- c) fiscalização das condições das calçadas visando a prevenção de quedas e acidentes, tais como: degraus, material escorregadio, inclinação acentuada, deposição de material de construção, estacionamento de bicicletas e motos, cadeira e mesas de bares, suportes para lixo, galhos de árvores, vegetação rasteira, buracos, etc.;
- d) fiscalização da legislação relativa ao silêncio, inclusive de perturbação do sossego;
- e) adequação de banheiros públicos à população idosa, incluindo, praças, repartições públicas, instituições bancárias, locais de compra, etc.

Art. 23. Os órgãos municipais responsáveis pelas áreas de Transporte e Mobilidade Urbana deverão:

- a) Exigir que as empresas de transporte coletivo promovam treinamento dos motoristas e cobradores para atendimento adequado da população idosa, bem como ofereçam condições adequadas de trabalho aos motoristas e cobradores, incluindo assistência psicológica;
- b) Realizar fiscalização do atendimento oferecido pelas empresas de transporte à população idosa, em articulação com o COMAI;
- c) Garantir adequação dos ônibus às características e necessidades da população idosa, inclusive em relação a assentos, campanha para solicitar parada e degraus, estudando a viabilidade de adicionar um degrau acoplado à abertura das portas, bem como aumentar as unidades com elevador para cadeira de rodas;
- d) Promover orientação da população em geral e dos motoristas de veículos particulares sobre as necessidades da população idosa em relação ao transporte e ao trânsito;
- e) Promover orientação dos idosos com relação aos melhores horários e outras dicas para melhor utilizar o transporte coletivo e conviver com o trânsito;
- f) Garantir cobertura e assentos nos pontos de ônibus;
- g) Rever a localização de alguns pontos de ônibus visando maior segurança dos usuários, em relação a acidentes e violência;
- h) Exigir a identificação do destino e do itinerário das linhas nas laterais do ônibus, ao lado das portas, bem como nos pontos de ônibus;
- i) Utilizar números grandes e/ou símbolos com cores diferenciadas para facilitar a identificação do destino aos analfabetos e às pessoas com dificuldades visuais;
- j) Proibir o estacionamento de veículos à direita nas quadras em que exista ponto de ônibus, para permitir que os ônibus parem junto à calçada, paralelamente ao meio-fio, facilitando a entrada e saída;
- k) Ampliar o transporte para idosos com necessidades especiais, inclusive para ações de atendimento em saúde (fisioterapia, exames, tratamentos, etc.), através de veículos especiais e outros de menor complexidade, de acordo com a necessidade;
- l) Fazer gestão junto ao Governo do Estado e à Assembléia Legislativa para que elaborem uma Lei dando gratuidade e/ou desconto aos idosos nas passagens intermunicipais;
- m) Estimular as empresas de ônibus intermunicipais que operam em Rio Claro a darem desconto nas passagens ou gratuidade aos idosos, independentemente da aprovação de lei específica;
- n) Orientar e fiscalizar os motoristas, ciclistas e motociclistas em relação às faixas de pedestre;
- o) Garantia de 5% das vagas nos estacionamentos públicos e privados, posicionadas de forma a garantir segurança e comodidade ao idoso.

Esta Lei tem como principal objetivo tentar assegurar aos idosos o exercício dos direitos individuais e sociais, promovendo ações que favoreçam sua autonomia, bem como sua integração efetiva na sociedade. Se cumprida rigorosamente, a Política municipal do idoso contribuirá para a questão da acessibilidade, favorecendo a locomoção segura e sem obstáculos.

Conclui-se que o processo de envelhecimento gera uma série de questões referentes ao planejamento das cidades e o aumento na demanda de serviços mais específicos. Torna-se necessário uma política pública voltada para a adequação dos espaços e serviços oferecidos a esta população, para que estes tenham segurança em se locomover pelas vias públicas e acessibilidade a todos os lugares.

A Legislação de Rio Claro, embora apresente algumas falhas, de modo geral, configura-se como subsídio para a reestruturação da cidade, principalmente em relação à Política Municipal do Idoso, que oferece base para que haja a organização e o planejamento dos espaços garantindo a segurança e a mobilidade dos idosos assegurando-lhes assim, o direito da acessibilidade, diminuindo as dificuldades

de locomoção deste segmento da população que representa um número expressivo na cidade de Rio Claro.¹

Referências Bibliográficas

- BALLONE, G J et al. **Envelhecimento e Velhice**: uma nova realidade. Paulínia: Editora Prefeitura Municipal, 1981.
- BRASIL - **Decreto N.º 12.342, de 27-09-78 (atualizado pelos Decretos 16.017 de 04/11/1980 e Dec. 41.913 de 02/07/1997). Código Sanitário do Estado de São Paulo.**
- BRASIL - Lei nº 2492 de 06 de agosto de 1992. Plano Diretor Da Cidade De Rio Claro.
- BRASIL - - Lei nº 3.498 de 16 de Dezembro de 2004. A Política Municipal do Idoso de Rio Claro.
- CAMARANO, A. A – **O idoso Brasileiro no mercado de trabalho..** Disponível na internet.<http://www.ipea.gov.br/> Texto para discussão nº. 830/10 agosto .2005
- CAMARANO, ANA AMÉLIA (COORD) et al - **Como vai o idoso brasileiro?** IPEA,1999. Disponível na internet.<http://www.ipea.gov.br/> Texto para discussão nº. 681 /10 agosto.2000
- CAMARANO, A.A - **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica.** Disponível na internet.<http://www.ipea.gov.br/> Texto para discussão nº858/10 agosto.2005
- CAMARANO, A. A; EL GHAOURI, S. K. **Famílias com idosos: ninhos vazios?** Disponível na internet.<http://www.ipea.gov.br/> Texto para discussão nº858/10 agosto.2005.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** Rio de Janeiro: Ática, 1989.
- COSTA, J.L.R – **Em busca da (c) idade perdida.** O município e as políticas públicas voltadas à população idosa. Exame de qualificação – doutorado FCM – UNICAMP.Campinas, 2002.
- DA SILVA, J. B – **Espaço e contradições. O espaço no fim do século:** a nova raridade, 2º edição- São Paulo: Contexto, 2001.
- DOLLFUS, O. **O Espaço Geográfico.**Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- GIL, A C - **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados SEADE.**www.seade.gov.br/demografia
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades.** Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/20> julho.2005
- JACOMINI, W – **O envelhecimento da população e a condição dos idosos.** Processos sociais analisados em Rio Claro. Tese de doutorado - UNESP Rio Claro, SP 1990.
- MORAES, R. **Um novo olhar ou de como levar um (in)sustoentável.** Revista de Administração Municipal. Nº 233, Jan/fev de 2002, p.5-10.
- NERI, A L. **Velhice e Sociedade.** Organizador: Guita Grin Debert. Campinas, SP: Papirus, 1999. 232p.
- NERI, A L. **Qualidade de vida e idade madura.**Campinas, SP: Papirus, 1993.
- PRADO, A R A. **Município acessível ao cidadão.** Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. Unidade de Políticas públicas – UPP, São Paulo, 2001.
- SOUZA, M. L - **ABC do desenvolvimento Urbano.** Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 192p.
- VIANNA, EDISON – **Passeios, calçadas e infra-estruturas para o tráfego de pedestres em São Paulo.** Dissertação de Mestrado curso de Pós-graduação em arquitetura e Urbanismo. Faculdade de arquitetura e urbanismo de SP. DEDALUS – FAU, SP 2000.

¹ Bolsa: FAPESP